

# Estudo Técnico Preliminar

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00088.000493/2022-89

## 2. Descrição da necessidade

De acordo com a Lei Distrital nº 6484, de 14 de janeiro de 2020 e o Decreto Distrital nº 42.032, de 26 de abril de 2021, a Presidência da República como grande geradora de resíduos sólidos, é integralmente responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos similares aos resíduos domiciliares, gerados em suas dependências, incluindo as atividades de segregação, coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final desses.

Entre os resíduos gerados pela PR estão os Resíduos Comuns não Recicláveis, os quais são equiparáveis aos resíduos domiciliares, tais como: papéis sanitários, papéis de cozinha e copa, papéis metalizados, plastificados, adesivos, papéis que tiveram contato com alimentos, resíduos orgânicos, resíduos de varrição, resíduos de podas de grama e galhas, entre outros. Estes resíduos são classificados como Resíduos Classe II – Não Perigosos, segundo a ABNT NBR 10004.

Desta forma, para que a PR possa realizar a gestão de forma ambientalmente adequada, é necessário a contratação de empresa especializada para realizar a coleta, o transporte e o destino adequado desses resíduos.

A presente contratação também visa a manutenção das condições de higiene e limpeza das instalações prediais da PR, contribuindo para um ambiente de trabalho agradável e propício à um bom desempenho profissional.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerais	Erlandio Leite Paulino

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme os Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

### Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

Os serviços especializados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, deverá abranger etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada e deverão observar às disposições contidas nos normativos federais e distritais que versem sobre o presente objeto, bem como as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Conforme a Lei Distrital n.º 5.610/2016 e Decreto Distrital n.º 37.568/2016, a EMPRESA deverá ser cadastrada e autorizada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) para a prestação dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

Nos termos do art. 23, parágrafo único do Decreto Distrital nº 37.568/2016, a coleta de resíduos indiferenciados e orgânicos deverá ser feita em veículo do tipo coletor compactador contendo dispositivo mecânico ou hidráulico que possibilite a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria e sua posterior descarga, conforme especificações da NBR 12980 /1993 da ABNT, dotado de sistema coletor de "chorume" e sinalização traseira tipo giroflex, ou do tipo "rollon/roll-o".

Os sacos plásticos, onde os resíduos serão acondicionados, deverão ser recolhidos, manuseados e transportados com cuidado para não os danificar. Caso haja rompimento desses, os resíduos espalhados deverão ser imediatamente varridos, recolhidos e colocados em recipientes adequados, pela própria equipe da empresa Contratada.

A limpeza dos resíduos em casos de vazamentos de lixo no local de recebimento ou no trajeto até a sua destinação ou disposição final deverá ser realizada pela Contratada.

A empresa Contratada deverá ter mão de obra necessária, devidamente qualificada ao desempenho dos serviços contratados.

**Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.**

**Critérios e práticas de sustentabilidade:**

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

**Duração inicial do contrato**

A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos limitado até 60 meses, de acordo com o Inciso II, artigo 57 da lei 8666/93.

**Transição Gradual com Transferência de Conhecimento, Tecnologia e Técnicas Empregadas**

Considerando que a prestação de serviços de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente de resíduos sólidos urbanos não perigosos não abrange a aplicação de conhecimento, tecnologia e técnicas complexas, bem como que a Presidência da República está em fase de elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, cujo escopo é o gerenciamento dos resíduos sólidos produzidos pelo Órgão durante suas atividades, por meio da adoção de práticas sustentáveis, segregação e a destinação ambientalmente adequada e ele deverá ser composto por ações e iniciativas que preveem a ampla participação dos servidores públicos e demais agentes públicos em todas as fases do gerenciamento dos resíduos sólidos, além de interações com cooperativas de catadores, prestadores de serviço e fornecedores de materiais e produtos, o que deverá ser observado pela nova Contratada quando da execução contratual, não será necessária a realização de transição gradual do contrato.

## 5. Levantamento de Mercado

Conforme a Lei Distrital n.º 5.610/2016 e Decreto Distrital n.º 37.568/2016, para execução de atividades do gerenciamento de resíduos sólidos, os grandes geradores, tal como a Presidência da República, podem celebrar contrato apenas com empresas, cooperativas e associações cadastradas no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU.

Em suma, a Lei Distrital n.º 5.610/2016 e Decreto Distrital n.º 37.568/2016, já traz a solução disponível no mercado:

Além do ponto acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 6. Descrição da solução como um todo

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Os serviços especializados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, gerados nas dependências da PR, abrangendo as etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada deverão observar às disposições contidas neste Termo de Referência, nos normativos federais e distritais que versem sobre o presente objeto, bem como as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Conforme a Lei Distrital n.º 6484, de 14 de janeiro de 2020 e Decreto Distrital n.º 42.032, de 26 de abril de 2021, a EMPRESA deverá ser cadastrada e autorizada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

Os resíduos sólidos indiferenciados e rejeitos serão acondicionados pela PR, em sacos plásticos, e depositados em contêineres próprios da PR.

Os materiais recicláveis secos separados nas dependências da PR (origem) não integrarão a presente contratação, e sim serão destinados às Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, em conformidade com o Decreto 10936/2022.

A empresa deverá efetuar diariamente a retirada dos sacos depositados nos contêineres, no horário das 15h00 às 19h00. No âmbito dos depósitos, a frequência poderá ser alterada em razão da demanda.

A faixa horária de coleta, previstos neste item, poderão ser alterados pela PR, desde que comunicado à EMPRESA com antecedência.

Os resíduos somente serão coletados mediante recibo/relatório de retirada, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário e quantidade de peso recolhido.

A equipe coletora da EMPRESA deverá recolher, manusear e transportar os sacos plásticos com cuidado para não os danificar. Caso haja rompimento desses, os resíduos espalhados deverão ser imediatamente varridos, recolhidos e colocados em recipientes adequados, pela própria equipe da EMPRESA.

O responsável pela operação de coleta deverá assegurar-se que os contentores estejam íntegros, devidamente vedados e amarrados de forma segura, sem risco de acidentes ou derramamento do resíduo.

É de responsabilidade da EMPRESA a limpeza dos resíduos em casos de vazamentos de lixo no local de recebimento ou no trajeto até a sua destinação ou disposição final. Os resíduos deverão ser descarregados em vazadouros próprios e permitidos por lei.

Os empregados da EMPRESA deverão realizar os serviços devidamente uniformizados, portar crachá de identificação com foto, e estar munidos de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de todos os materiais necessários à execução das atividades.

Nos termos do art. 23, § 1º do Decreto Distrital nº 37.568/2016, a coleta de resíduos indiferenciados e orgânicos deverá ser feita em veículo do tipo coletor compactador contendo dispositivo mecânico ou hidráulico que possibilite a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria e sua posterior descarga, conforme especificações da NBR 12980/1993 da ABNT, dotado de sistema coletor de "chorume" e sinalização traseira tipo giroflex, ou do tipo "rollon/roll-o".

A responsabilidade pelos resíduos sólidos urbanos não perigosos, produzidos pela PR e recolhidos pela EMPRESA, incluindo a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada desses, é da EMPRESA, devendo a EMPRESA ressarcir a PR quaisquer despesas que esse venha a ter em razão de débitos, multas e/ou infrações, aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais ou distritais.

A EMPRESA deverá indicar expressamente em sua proposta em qual o Aterro Sanitário irá realizar a disposição final dos rejeitos, qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada ao CONTRATANTE com antecedência de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental.

Nos termos do art. 10, § 2º da Lei Distrital nº 5.418/2014, "os resíduos sólidos gerados no Distrito Federal somente têm autorização de transporte para outros estados da Federação após autorização ou declaração expressa de concordância emitida pela autoridade ambiental competente do estado receptor dos resíduos".

À Contratada são proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

Lançamento em quaisquer corpos hídricos;

Lançamento in natura a céu aberto;

Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

Outras formas vedadas pelo poder público;

Deposição inadequada no solo;

Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;

Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

Utilização para alimentação humana.

A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do Contrato.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos necessários para suprir as necessidades da futura contratação foram obtidos por meio do histórico de contratações anteriores.

Considerando que a Pandemia da Covid-19 afetou a realização de trabalhos realizados na PR, resultando numa menor geração de resíduos nos exercícios de 2020 e 2021, para definição da quantidade a ser contratada foi realizado a média de execução de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, constantes da tabela a seguir:

GERADOR	TOTAL - 2018	TOTAL - 2019	TOTAL - 2020	TOTAL - 2021	TOTAL - 2022	MÉDIA GERAL
Palácio da Alvorada	45.493	60.570	70.070	86.520	74.430	65.663
Residência Oficial Granja do Torto	18.589	15.610	11.520	12.198	11.283	14.479
Palácio do Jaburu	70.417	46.810	27.660	18.620	21.150	40.877
Palácio do Planalto e Anexos	112746,02	125700	102050	127.465	145.269	116.990
Área da Guarda Presidencial - SPR	23648,9	25670	31140	32989	28.862	28.362
Área do Almoxarifado	7474,335	7520	6040	6421	7.935	6.864
Área da Coordenação de Engenharia - COENGE	9882,45	12180	9060	10837	14.409	10.490
Área da Coordenação de Transportes - COTRAN	8963,995	7720	7730	10689	12.363	8.776
Complexo Pavilhão das Metas	220	950	2030	3812	3.930	1.753
TOTAL	297.435	302.730	267.300	309.551	319.631	294.254

Contudo, para definição do quantitativo a ser contratado, foram acrescidos na média geral o percentual de 25%, tendo em vista que as atividades presenciais do órgão estão retornando gradativamente.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 214,00

O preço total da aquisição está estimado em R\$ 214.575,08 (duzentos e quatorze mil quinhentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Essa área técnica optou pela aglutinação dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos em apenas um grupo, de forma a manter apenas uma empresa responsável pela execução do objeto de que trata este Estudo Técnico Preliminar, uma vez que o serviço a ser contratado não demanda complexidade técnica. Com isso, a equipe de fiscalização se beneficia ao tratar quaisquer detalhes da execução contratual com apenas um interlocutor, reduzindo inclusive as deficiências de acompanhamento do serviço ao promover agilidade no tratamento de questões formais. Após a realização dos estudos necessários, verificou-se o descabimento da divisão da solução, conforme segue demonstrado:

O art. 23, § 1º da Lei 8.666, dispõe: “As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.” A ordem instituída no dispositivo é clara no sentido de que o objeto seja parcelado a fim de melhor aproveitar os “recursos

Itens/objetos de natureza idêntica (serviços de gerenciamento de resíduos sólidos );

Objetos de natureza idêntica a serem prestados na mesma localidade (Brasília/DF);

Objetos de natureza idêntica, para o mesmo local, que se encontram no mercado prestador hábil a fornecê-los na totalidade.

Reforçamos que os serviços a serem contratados são classificados como “serviços comuns”, que em síntese, são aqueles cujas especificações são rotineiras e usuais no mercado. O serviço de gerenciamento de resíduos sólidos é ofertado de forma corriqueira e habitual, sendo a Administração Pública um dos principais contratantes. A contratação dos serviços ocorrerá em um único lote para evitar a inviabilização das atividades que compõem o gerenciamento de resíduos sólidos.

**Optou-se por não parcelar a solução** escala no fornecimento de todos os serviços licitados. Ademais, pode-se verificar pela pesquisa de mercado, que é prática comum as empresas do mercado prestarem todos os serviços dispostos no presente Estudo, não comprometendo, portanto, a competitividade do certame.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

*A presente contratação está alinhada com a missão da Secretaria-Geral de "Assistir ao Presidente da República na condução estratégica de governo e prover o suporte para o alcance dos objetivos institucionais da Presidência da República ” (Mapa Estratégico - Secretaria-Geral 2020/2023).*

A demanda consta do PCA 2023, da seguinte forma:

### 3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE ELIMINAÇÃO DE REJEITOS		1,00	252.140,54	252.140,54

### 4. Responsáveis

Ordem	CPF	Nome	Cargo/Função	Despacho
1	007.892.431-64	ERLANDIO LEITE PAULINO	Coordenador	

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se que a contratação promova a continuidade da prestação dos serviços especializados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, gerados nas dependências da Presidência da República e órgãos vinculados em Brasília/DF e ainda:

Manutenção das condições de higiene e limpeza das instalações prediais da Presidência da República, contribuindo para um ambiente de trabalho agradável e propício a um adequado desempenho profissional;

Atendimento à demanda de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos não perigosos, nos termos da Lei Distrital nº 5.610/2016, do Decreto Distrital nº 37.568/2016 e da Resolução da ADASA nº 14/2016;

Incentivo o consumo e o descartes sustentável dos resíduos produzidos;

Garantir o regular funcionamento das atividades da Contratante.

Propiciar um ambiente de trabalho adequado para servidores, estagiários e colaboradores, de modo a agregar valor público à Contratante.

Contribuir para a preservação ambiental.

Será adotado, durante toda vigência do contrato, “Instrumento de Medição de Resultados - IMR” ou instrumento equivalente, contemplando os indicadores e metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização, visando à qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação do pagamento.

### 13. Providências a serem Adotadas

Não há.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando que a prestação dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos envolve a utilização de veículos automotores (caminhões), de forma a minimizar possíveis impactos ambientais durante a execução contratual, a Contratada

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar algum tipo de combustível renovável, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites

Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pneus, com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 544, de 2012, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”

A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.”

A contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Sólidos – PGRS da Contratante.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os valores apresentados, a necessidade e a natureza dessa contratação, considera-se a contratação vantajosa para a Administração.

## 16. Responsáveis

ERLANDIO LEITE PAULINO

Coordenador

JOHN CARLOS BENICIO GOMES

Chefe de Divisão

FABIANO MACHADO DE OLIVEIRA

ASSESSOR TÉCNICO